



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Construindo o silêncio: A Mídia brasileira e a desqualificação e a
criminalização do MST junto à sociedade

GT 5 Desarrollo rural y cuestión agraria

Fernando Vieira

fermavieira@uol.com.br

IUPERJ

Brasil

Thiago Araujo

thiagocelli@yahoo.com.br

UFRJ

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

Ao contestar o modelo de propriedade e de gestão agrícola, o MST se tornou um adversário dos grandes proprietários rurais e dos empresários de agronegócios. Os grandes conglomerados midiáticos tem buscado construir um consenso junto à sociedade brasileira criminalizando a luta de movimentos sociais e, do próprio MST. Para isso, buscam a desqualificação do movimento e da própria ideia de reforma agrária como ainda fundamental para a democracia social no Brasil. A defesa de uma ordem sócio econômica inalterada e a contenção dos movimentos sociais que questionam essa ordem se traduz numa mídia que defende e publica a ideia de que as lutas sociais são, no Brasil, casos de polícia que devem ser tratados com o rigor da lei e a criminalização dos atores envolvidos nesta luta. Partindo dessa hipótese, o presente trabalho irá estudar e analisar o conceito de criminalização para compreender como a mídia atua, desconstruindo a legitimidade do MST mediante o silenciamento de sua luta pela reforma agrária e, com isso, isolá-lo da sociedade para legitimar a repressão policial e a criminalização do movimento.

ABSTRACT

The contesting the model of ownership and agricultural management, the MST became an opponent of large landowners and businessmen of agribusiness. The large conglomerates media has sought to build a consensus by the brazilian society criminalising the struggle of social movements, and the MST. For this reason, seek the disqualification of the movement and the very idea of agrarian reform as well as fundamental to social democracy in Brazil. The defense of a socio economical unchanged and the containment of social movements that challenge this order results in a media that maintains and publishes the idea that social struggles are, in Brazil, police cases that should be treated with the rigor of the law and the criminalization of actors involved in this fight. Based on this hypothesis, this study will examine and analyze the concept of criminalization to understand how the media works, deconstructing the legitimacy of the MST by silencing their struggle for



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

agrarian reform and, with this, isolate him from society to legitimize the police repression and the criminalisation of the movement.

Palavras chave

MST – Mídia - Criminalização

Keywords

MST – Media – Criminalization



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Introdução

O presente trabalho irá analisar a leitura da mídia brasileira ante os movimentos sociais, num processo de construção de um olhar deslegitimador que visa apontar a criminalização dos movimentos sociais.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST tem se configurado no mais importante movimento social brasileiro. Sua luta pela terra colocou no centro dos debates, o conceito de propriedade e o modelo de agricultura desenvolvido no país.

Por outro lado, no interior do Congresso Nacional brasileiro, um dos mais influentes lobbies políticos é o dos representantes dos negócios agrícolas – latifundiários, criadores de gado e agronegócio – que atua garantindo a manutenção de políticas que favoreçam seus interesses e, com o poder financeiro que possuem, financiam junto aos órgãos da grande mídia anúncios em defesa de seus projetos.

Nesse sentido, a linguagem exposta pela mídia junto aos movimentos sociais no Brasil, é a que os desqualifica e legitima sua criminalização, apontando que suas reivindicações não somente seriam ilegítimas, como à margem da lei. A desqualificação dos movimentos sociais se apresenta no âmbito da construção de estereótipos, isto é, padrões de julgamentos que orientam a percepção sobre o novo / diferente a partir de referências previamente definidas como centrais. (Biroli e Miguel. 2017. p.122).

A construção do estereótipo permite reforçar junto aos receptores do texto, a certeza que as táticas, as demandas e a própria existência de determinados sociais representam uma afronta ao estado de direito, na medida em que, questionam a ordem sócio-jurídica existente. Trata-se, então de criminalizar esses movimentos e seus atores.

O presente trabalho tem como objetivo:



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

1. Analisar a constituição de um discurso que estereotipa os movimentos sociais no Brasil, em especial, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST);
2. Estudar a criminalização dos movimentos sociais e, principalmente, o MST;
3. Perceber o impacto do discurso midiático diante da sociedade brasileira.

II. Marco teórico/marco conceitual

A presente pesquisa se situará entre dois campos teóricos, oriundos da sociologia da comunicação e da sociologia jurídica: o estereótipo e a criminalização. Ao longo do trabalho, os dois conceitos serão trabalhados e irão mediar as análises da pesquisa.

Os conceitos a serem trabalhados serão o do estereótipo e o de criminalização.

Na construção da narrativa midiática, a produção de uma imagem desconstruída, estereotipada do sujeito atende aos interesses midiáticos que desqualificam e desmerecem as lutas consideradas, pela própria mídia, como destituídas de significado reprodutor da ordem capitalista.

Em 27 de junho de 1999, o jornal **O Globo** estampava a seguinte matéria: “**Sem terra em terra sem lei. Movimentos disputam assentamentos no norte num cenário entre bandidagem e guerrilha**”. O título da reportagem era claro. Ao leitor ficava a sensação de os movimentos de trabalhadores rurais que atuavam na região de Corumbiara, no estado de Rondônia, pregavam a formação de guerrilhas revolucionárias. Importante detalhe, os movimentos citados não eram ligados ao Movimento dos Trabalhadores Sem terra (MST), apesar da sugestão da manchete.

Explorando o medo de sua base social de leitores, conservadores no plano moral e político, defensores do liberalismo na economia, **O Globo** sabe utilizar dos estereótipos para desconstruir e atacar as lutas populares. Em 2011, o MST ocupou a Secretaria Estadual de Agricultura da Bahia – cujo governo se encontrava nas mãos do Partido dos Trabalhadores (PT) – exigindo a ampliação de programas de reforma agrária. O Globo publicava reportagem ironizando o



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

fato da Secretaria de Agricultura enviar 600 quilos de carne para o movimento. Ao longo da reportagem pode-se ler:

Bem alimentados, os integrantes do MST só pretendem deixar o prédio da secretaria quando tiverem do governo baiano a garantia de que suas 15 reivindicações serão atendidas (O Globo, 15/04/2011).

O interessante é perceber o início da frase visando atingir o leitor: “bem alimentados”. A construção do estereótipo é visível no texto. A indução de que os integrantes do MST não podem se alimentar decentemente e de que o governo baiano, cúmplice do MST, financiava o churrasco do movimento. O título da reportagem não deixa dúvidas: “**Na Bahia, uma colônia de férias para o MST**”. A luta dos sem terra se reduz a uma atividade recreativa, sem propósito político ou social.

O processo de desqualificação dos MST e a construção do estereótipo atende ao interesse em criminalizar o movimento. Passemos, portanto, ao conceito de criminalização.

A criminalização se apresenta como um processo contraditório que expressa rupturas e permanências. Se tomarmos por base o pensamento desenvolvido pelo positivismo criminológico, veremos que o estudo das determinações do crime deveria se orientar por um paradigma *etiológico-individual*: as causas do crime seriam explicitadas a partir de uma análise do sujeito, revelando características biológicas defeituosas que justificariam seu comportamento delinquente. (LOMBROSO, Cesare, 2010).

Já àquela época, Durkheim se levantara contra tal perspectiva, entendendo o crime como fato social *normal* constitutivo de todas as sociedades, fenômeno que só se tornaria problemático em níveis anormais de incidência, revelando um quadro *anômico*. (DURKHEIM, E. 2012, pp. 67-90).

Com isto, partindo da primazia da sociedade sobre o indivíduo, Durkheim – e tantos outros após ele – partia de um paradigma *etiológico-estrutural*, posto que buscava compreender as determinações do crime, não no indivíduo, mas no modo como estava organizada a sociedade. De um modo ou de outro, a criminologia se resume ao *estudo das determinações do crime*¹.

¹ Fossem tais determinações buscadas em características biopsicopatológicas ou em deficiências na ordem social.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Na década de 1960, formulava-se uma nova perspectiva teórico-analítica que representou uma verdadeira revolução criminológica. Os teóricos do que ficou conhecido como *labelling approach*, influenciados pela fenomenologia e pelo interacionismo simbólico, alcançaram a compreensão de que o crime e o criminoso não existem, enquanto entes ontológicos. O crime não passaria de uma construção sócio-jurídica e o criminoso seria, tão-somente, um indivíduo etiquetado como tal. (BECKER, H. 1963, p. 9).

Considerando o campo teórico analisado, é possível compreender as limitações inerentes às estatísticas sobre o sistema penitenciário. Se nossa análise da questão criminal é orientada pelos conceitos de criminalização primária e secundária, fica claro que esta última é expressa pelo somatório de todos aqueles que estão presos ou cumprindo penas alternativas. Entretanto, tal somatório compreende apenas a criminalidade aparente, e não a criminalidade real, muitíssimas vezes maior: a cifra oculta da criminalidade. A problemática é sintetizada da seguinte forma:

Os limites entre os criminosos e não-criminosos não estavam traçados de modo suficientemente claros como realmente se deveria pressupor pelas observações científicas. Ao contrário, deveria contar com os dark numbers, com a cifra negra. Por um lado, se conhece os erros judiciais quanto à responsabilidade dos condenados, os quais inserem inocentes entre os ocupantes das prisões; por outro lado, a polícia, o ministério público e os tribunais de modo algum estariam em condições de averiguar, acusar e julgar, o que, em comparação, levaria à poluição (Verschmutzung) da população não criminosa. (HASSEMER, 2005, p. 94)

Se foi possível compreender o crime e o criminoso como processos de criminalização fundados em estereótipos, reprodutores de estigmas sociais, faltava responder a uma pergunta elementar: por que a sociedade opera de tal maneira? E qual o interesse em criminalizar movimentos sociais? Para tal resposta faltava, portanto, um método que fosse capaz de analisar as raízes contraditórias da sociedade burguesa: foi preciso retornar ao pensamento de Marx.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

III. Metodologia

A análise do discurso do jornal **O Globo**, um dos veículos de maior circulação no Brasil - cerca de 307 mil assinaturas impressas e digitais em 2016 - será o eixo norteador da pesquisa. Utilizar a análise do discurso e perceber o olhar ideológico no texto será uma das preocupações da pesquisa. Como nos aponta Fiorin, é preciso perceber que as

representações ideológicas moldam o discurso, mas que há um relativa autonomia da linguagem em relação à ideologia, ou seja, que o nível linguístico não se reduz ao nível ideológico, implica distinguir níveis e dimensões do discurso e os componentes de cada nível (FIORIN. 1988, p.7).

O discurso da mídia não é um discurso isento de um valor, ele expressa um projeto de mundo. Ele se vincula a realidades sociais específicas e retrata a defesa desses valores. Nesse sentido Bakhtin vai assinalar a função da fala, das palavras, e, poderíamos completar, do próprio texto, que se configuraria no fato de que

não são palavras o que o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida (BAKHTIN, M. 1986, p. 95).

Na análise do discurso será possível perceber o contexto da construção do estereótipo ante os movimentos sociais por parte da mídia. A mídia naturaliza os estereótipos e lança para a



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

sociedade um olhar enviesado, isto é, um olhar dos interesses econômicos dos conglomerados midiáticos que se transformam em discursos hegemônicos excluindo outras leituras de mundo.

As propostas e pautas dos movimentos sociais são desqualificadas transformadas em estereótipos, objetivando legitimar sua própria criminalização. Enfrentar os estereótipos se tornou uma tarefa dos movimentos sociais diante da atuação midiática e buscam reconstruir as agendas comunicacionais para quebrar o monopólio discursivo imposto pelas grandes empresas midiáticas.

IV. Análise do tema

Ao observar a forma pela qual a imprensa brasileira, em especial, o jornal **O Globo** lidam com o MST, fica patente o interesse em construir estereótipos visando a criminalização do movimento. O processo se apresenta desde a descrição da principal forma de luta do MST, a ocupação de terras.

Para a mídia, o movimento praticaria invasão de terras. Em 25 de julho de 2017, o MST realizou um ato nas fazendas do expresidente da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), Ricardo Teixeira, investigado nos EUA por corrupção na FIFA. O jornal **O Globo**, noticiou: “**MST invade fazendas de Ricardo Teixeira e amigo de Temer.**”

Na língua portuguesa invasão se remete ao ato de “*entrar à força ou hostilmente em; ocupar à força; conquistar*”.² Por outro lado, o MST utiliza o termo ocupação. Este termo se refere :

*Jur. Ato de apoderar-se alguém, legalmente, de coisa móvel (ou semovente) sem dono, ou porque ainda não foi apropriada, ou por haver sido abandonada.*³

² - HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. SP: Folha de São Paulo, 1995, p. 363.

³ - HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. SP: Folha de São Paulo, 1995, p. 463.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Fica claro que a diferença não é semântica, mas sim, político-ideológica. Desqualifica-se uma ação política que cobra a eficácia de uma política de reforma agrária no país, e, ao mesmo tempo, se realça o estereótipo de uma organização que usa de medidas consideradas ilícitas, criminalizando-se os atores da ação.

Dessa forma, se buscaba construir um cenário favorável à repressão ao MST objetivando impedir a continuidade de sua luta política. Nesse sentido, podemos apreender que os

meios de comunicação tem abandonado progressivamente seu trabalho enquanto interlocutor entre Estado e sociedade, e parecem ter ocupado convenientemente esse vazio, ao erigir-se como os interlocutores privilegiados entre o mundo de negócios e a sociedade – por um lado -, e os negócios e a política - pelo outro -.

(ALEDO, P.B.S., 2006, p. 93).

A atuação dos meios de comunicação assumem o propósito de construir uma hegemonia, isto é, a subordinação de uma determinada classe social aos valores culturais de uma outra classe. A meta é construir na sociedade brasileira a naturalização da propriedade privada e a percepção, junto à sociedade, de que qualquer tentativa de contestação ao modelo vigente deve ser desqualificado e criminalizado.

Uma das formas de emprego do estereótipo visando a desqualificação do MST, por parte da mídia brasileira, em especial, o jornal **O Globo**⁴, foi associar o movimento aos governos progressistas da região, classificados pelo jornal como autoritários e populistas. Em 06/07/2017, o colunista Lauro Jardim, publicou nota em sua coluna assinalando o apoio do MST ao governo Maduro. Tal fato ocorreu um dia após incidente no Parlamento venezuelano, amplamente divulgado pela mídia brasileira, em que parlamentares da oposição teriam sido agredidos por governistas na assembleia local.

⁴ - O jornal O Globo faz parte do Grupo Diários América (GDA), associação empresarial que foi fundada em 2001 e agrega onze empresas midiáticas de Brasil, Equador, Perú, México, Venezuela, Colômbia, Chile, Costa Rica, Porto Rico, Argentina e Uruguai. Em comum a defesa da propriedade privada, dos ideais liberais e a crítica a governos progressistas, denominados de populistas ou autoritários.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Um dia depois das agressões contra deputados de oposição na Assembleia Nacional da Venezuela, a embaixada do país vizinho divulgou um vídeo de apoio do MST ao governo de Maduro.

O apoio à escalada autoritária veio da dirigente Ana Moraes, que tratou sobre a importância da Constituinte para a "soberania" da Venezuela. A mesma Constituinte que propõe a extinção do atual parlamento (O GLOBO, 06/07/2017).

O texto deixa clara a leitura feita do governo venezuelano, autoritário e repressor e ao associar o MST a “esse” tipo de governo considerado – pelo jornal – pouco afeito a práticas democráticas e próximo de um modelo estatizante com nuances socialista. Nessa lógica, o MST defenderia os mesmos valores do governo venezuelano e a sociedade brasileira deveria se posicionar contra o movimento assumindo, na lógica do jornal, a defesa da democracia representativa.

Um dos pontos que promovem a crítica dos meios de comunicação, seria o posicionamento do MST diante da questão democrática. Numa leitura liberal da democracia, marcada pela visão contratualista que vê a política não como um espaço de ação direta da sociedade, mas sim, como expressão da representatividade da sociedade em seu conjunto, naquilo que Norberto Bobbio afirmava ser uma “*transformação mais quantitativa do que qualitativa do regime representativo*” (BOBBIO, N., MATTEUCCI, N e PASQUINO, G. 1995, p. 324).

O MST não refuta a experiência democrática liberal brasileira, nem a dimensão participativa embutida nessa concepção. No entanto, mantém clareza no papel que os movimentos sociais devem assumir em favor de novas experiências junto à sociedade. A leitura democrática, não pode deixar de apontar a realidade da divisão social de classes e a própria luta de classes, o que a mídia tenta desconsiderar.

Em **A Guerra civil em França**, Marx, que analisava a Comuna de Paris, defende uma



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

radicalidade democrática defendida pelo que consistia na superação do conceito de representatividade política exercida pelos *communards*. A eleição dos delegados *communards* não implicaria uma delegação de poderes cedida pelo eleitor, mas sim, um mandato revogável pelos cidadãos. Lembra-se, ainda, que Marx arguia que o eixo central da Comuna não era somente a instalação de uma nova ordem democrática na sociedade francesa, mas sim, a superação da sociedade burguesa mediante a emergência da revolução proletária (MARX, 1984).

Cabe realçar que apesar da leitura de Marx transcender o formalismo da democracia enquanto espaço da ordem, o MST – que não se furta a se reconhecer como herdeiro da produção teórica de Marx – atua dentro dos espaços fixados pela democracia liberal.

Um dos pontos centrais para o MST que explicita a crítica da mídia ao movimento, trata da questão do estatuto da propriedade da terra. O movimento defende uma mudança no estatuto jurídico da terra que deixaria de ser vista como uma propriedade, isto é, uma mercadoria a ser negociada e inserida na esfera da especulação do capital, e se transformar em posse visando garantir o sustento das famílias de trabalhadores rurais e de suas gerações posteriores.

Por conta disso defendiam junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que o processo de titulação seja concedido mediante **Título de Concessão Real de Uso da Terra**. Por esse título, caberia ao INCRA conceder créditos e assistência técnica aos assentados, e aos assentados, produzir. Além disso, ficava interdita a transferência e negociação por prazo de 30 anos.⁵ Para o movimento, o título de concessão real de uso protegeria os assentados da tentação do mercado e evitaria ver a terra se transformar em objeto de negociata no mercado.

A percepção de que o MST não vê a propriedade privada como um valor em si, fortaleceu nos conglomerados midiáticos a oposição ferrenha ao movimento. O estereótipo reforça um olhar

⁵ - Conferir PIÑEIRO, Diego E.. **Em busca de la identidad. La acción colectiva en los conflictos agrarios en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, colección Becas de Investigación, 2004.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

discriminador e de classe que busca construir o consenso contra os sem terras e, com isso, defender a criminalização do movimento, de sua luta e da própria importância da reforma agrária no país.

V. Conclusão

A atuação da mídia brasileira, em especial, de um dos seus mais importantes jornais, o diário carioca **O Globo**, buscou construir um consenso junto ao conjunto da sociedade brasileira, utilizando imagens que reforçavam uma leitura estereotipada do MST, desqualificando e caricaturizando a luta pela reforma agrária no país.

Tal estratégia permitia o distanciamento da sociedade ante as pautas do MST e, com isso, legitimar a defesa da repressão estatal ao movimento e sua criminalização. A estratégia apresentada é apresentar reportagens que sinalizam o caráter “violento” do movimento. Violência que na prática se traduz na quebra do direito de propriedade. A defesa da propriedade privada é considerada absoluta pelo jornal. Mesmo que a Constituição de 1988 defina que a propriedade improdutiva da terra seja passível de reforma agrária, o jornal carioca condena qualquer ação política do MST que implique em questionamento à própria propriedade da terra.

A atuação da mídia reforçando o estereótipo que desqualifica os movimentos sociais e suas lutas, assume o papel de porta voz dos setores mais conservadores do país negando a validade da reforma agrária no país, num país, marcado historicamente pela concentração de terras. O censo agropecuário de 2006 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) assinalou que as grandes propriedades no Brasil representa 0,91 % das terras no Brasil, mas concentram 45%



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

de toda a área rural do país. As terras com menos de dez hectares representam 47% da propriedade no país, mas, no entanto, ocupam apenas 2,3% da área total. ⁶

VI. Bibliografía

ALEDO, Pablo S. Blesa. **Medios de comunicación y democracia: ¿El poder de los medios o los medios al poder?** Sphera Publica, nº 6, 2006.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. SP: HUCITEC, 1986.

BECKER, Howard S. **Outsiders: studies in the sociology of deviance**. New York: The Free Press, 1963.

BIROLI, Flavia e MIGUEL, Luis Felipe. **Notícias em disputa. Mídia, democracia e formação de preferências no Brasil**. SP: Contexto, 2017.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: UNB, 1995.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Edipro, 2012,

FIORIN, J.L. **O Regime de 1964. Discurso e ideologia**. SP: Atual, 1988.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. RJ: Record, 1999.

HASSEMER, Winfried. **Introdução aos fundamentos do direito penal**. 2ª. Ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2005.

LOMBROSO, Cesare. **O homem delinquente**. São Paulo: Ícone, 2010.

⁶ - Censo agropecuário de 2016. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Copiado em 12/10/2017. In: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/default.shtm



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

MARX, Karl. **A guerra civil em França**. Lisboa: Avante, 1984.

PIÑEIRO, Diego E.. **Em busca de la identidad. La acción colectiva en los conflictos agrarios en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, colección Becas de Investigación, 2004.